

PAULO AYRES BARRETO

Professor Associado ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Universidade de São Paulo. Livre-Docente em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Professor conferencista do IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Advogado.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
LIMITES NORMATIVOS

editora e livraria

NOESES

2016

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

B264p

Barreto, Paulo Ayres

**Planejamento tributário : limites normativos / Paulo Ayres Barreto. - 1. ed. -
São Paulo : Noeses, 2016.**

288 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8310-077-5

1. Direito tributário. 2. Processo tributário. I. Título.

16-37757

CDU: 34:351.713(81)

1104896

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	XIII
----------------------	-------------

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais.....	01
1.2 Plano de estudo.....	04

CAPÍTULO II VERDADE E DIREITO

2.1 Conhecimento e linguagem	09
2.2 Teorias sobre a verdade no Direito.....	10
2.3 Verdade material e verdade formal	16
2.4 Verdade e prova no Direito	19

CAPÍTULO III

INTERPRETAÇÃO DO DIREITO

3.1 Relevância do tema	23
3.2 Métodos de interpretação, norma jurídica e sistema normativo	26
3.3 Interdisciplinaridade e o Direito	29
3.4 Interpretação e os ramos do Direito	32
3.5 Interpretação e integração do direito no Código Tributário Nacional	35
3.5.1 Interpretação do direito no Código Tributário Nacional.....	36
3.5.2 Integração do direito no Código Tributário Nacional.....	39

CAPÍTULO IV

SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

4.1 Principais características	45
4.2 Discriminação de competências na Constituição Federal de 1988	49
4.3 Tipos ou conceitos constitucionais?	52
4.3.1 Construção de sentido dos conceitos constitucionais	59
4.3.2 Conceitos constitucionais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	61
4.4 Demais garantias constitucionais asseguradas aos contribuintes.....	67

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
LIMITES NORMATIVOS

CAPÍTULO V

ELISÃO TRIBUTÁRIA E AS REGRAS E PRINCÍPIOS NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

5.1 Entre princípios e regras constitucionais.....	71
5.2 Valores e limites objetivos positivados na Constituição Federal.....	75
5.3 Concretização dos valores constitucionais.....	79
5.4 Segurança jurídica e elisão tributária.....	82
5.5 Legalidade e elisão tributária.....	85
5.6 Capacidade contributiva e elisão tributária.....	91
5.7 Separação dos Poderes e elisão tributária.....	98
5.8 Livre-iniciativa e elisão tributária.....	102

CAPÍTULO VI

ELISÃO TRIBUTÁRIA NO DIREITO COMPARADO

6.1 Elisão tributária na Alemanha.....	106
6.2 Elisão tributária na Espanha.....	109
6.3 Elisão tributária na Itália.....	115
6.4 Elisão tributária na França.....	118
6.5 Elisão tributária em Portugal.....	121
6.6 Elisão tributária nos Estados Unidos da América	125
6.7 Elisão tributária no Projeto BEPS, da OCDE.....	130
6.8 Síntese do exame do Direito Comparado.....	137

CAPÍTULO VII

O NOVO CÓDIGO CIVIL E SEUS REFLEXOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

7.1 Princípios informadores do novo Código Civil brasileiro	140
7.2 Simulação e dissimulação à luz do novo Código Civil ..	142
7.3 O dolo.....	145
7.4 A fraude à lei.....	146
7.5 O negócio jurídico indireto.....	147
7.6 O abuso de direito como ilícito civil.....	148
7.7 Do trânsito entre o Direito Civil e o Direito Tributário	150

CAPÍTULO VIII

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NO DIREITO BRASILEIRO

8.1 Acepções da expressão elisão tributária: o problema semântico	156
8.2 Evolução legislativa.....	160
8.3 A quádrupla refutação do Congresso Nacional às pretensões de se ampliar os poderes da Administração para a refutação de negócios jurídicos tributários	163
8.4 A alteração promovida pela LC 104/2001.....	169
8.5 Pressupostos para a interpretação do parágrafo único do art. 116 do CTN, inserido pela LC 104/2001	175
8.5.1 Limites e garantias individuais na Constituição Federal.....	176

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
LIMITES NORMATIVOS

8.5.2 A capacidade contributiva como garantia individual: inaplicabilidade do princípio como fundamento para a requalificação de fatos jurídicos por autoridades administrativas.....	178
8.5.3 Conjugação das garantias constitucionais do contribuinte.....	183
8.5.4 Garantias que emanam da lei	185
8.5.5 Cláusula geral antielisiva: análise de seu cabimento no sistema tributário brasileiro	188
8.5.6 O caráter subótimo das regras tributárias .	190
8.5.7 A dissimulação como requisito para a requalificação de fatos jurídicos tributários..	195
8.5.8 O abuso de direito e o abuso de formas jurídicas no direito tributário brasileiro.....	199
8.5.9 Propósito negocial.....	207
8.5.10 Ato anormal de gestão	220
8.5.11 Sonegação fiscal	221
8.5.12 Ineficácia técnica (sintática) do parágrafo único do art. 116 do CTN	224
8.6 Elisão no direito tributário brasileiro.....	226
8.7 A teoria das provas como instrumento eficaz de combate à evasão fiscal.....	231
8.8 Cláusulas antielisivas específicas como instrumento eficaz de combate à evasão fiscal	233
8.9 Elisão tributária nos Tribunais	235
CONCLUSÕES	249
Proposições gerais	249
Proposições específicas	250
REFERÊNCIAS	259
	XI